

CONSTRUIR A PAZ

VISÕES INTERDISCIPLINARES E INTERNACIONAIS SOBRE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS

VOLUME 01.
FAMÍLIA, JUSTIÇA,
SOCIAL E COMUNITÁRIA

VOLUME 02.
TRABALHO, SAÚDE E
MEDIAÇÃO AMBIENTAL

VOLUME 03.
CIDADANIA, RELAÇÕES
INTERNACIONAIS,
COMUNICAÇÃO E
RESPONSABILIDADE SOCIAL

VOLUME 04.
LITERATURA, MÚSICA
E RELIGIÃO



CONSTRUIR A PAZ

VISÕES INTERDISCIPLINARES E INTERNACIONAIS SOBRE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS



VOLUME 01. FAMÍLIA, JUSTIÇA, SOCIAL E COMUNITÁRIA
VOLUME 02. TRABALHO, SAÚDE E MEDIAÇÃO AMBIENTAL
**VOLUME 03. CIDADANIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS,
COMUNICAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL**
VOLUME 04. LITERATURA, MÚSICA E RELIGIÃO

PREFÁCIO



O I Congresso Internacional “Construir a Paz” pretendeu constituir uma oportunidade de reflexão entre especialistas e práticos de várias áreas de conhecimento no campo das ciências humanas e sociais, das ciências e tecnologias e das ciências da saúde, que confluam na temática da construção da paz em diferentes domínios da realidade - comunicação e consumo; educação e cidadania; família; género e sexualidade; justiça e crime; trabalho, saúde e bem-estar; política e relações internacionais; saúde; intervenção social e comunitária; mediação ambiental; religião; literatura e música; entre outros temas.

Foi uma grata honra, a que nos coube, de abrir este I Congresso Internacional “Construir a Paz”, no dia 15 de Junho de 2011, na Universidade Fernando Pessoa.

Quando há cerca de três anos atrás nos ocorreu a ideia de realizar este evento, tratou-se de algo que nos pareceu natural se olharmos para o rico passado que a UFP tem nestas matérias de pensar e operacionalizar o oposto da “fantasia da separatividade”, como a designa Pierre Weil, em “A Arte de Viver em Paz”, esse verdadeiro círculo vicioso de repetição compulsiva, uma espécie de ilusão óptica, em que com facilidade, por vezes, os humanos entram.

Passamos a explicitar esta nossa ideia inicial e a contextualizá-la no Congresso cujo Livro, decorrente do mesmo, agora prefaciamos.

Parecem ser bons tempos, estes que vivemos, para os investigadores que analisam a paz e o conflito e a sua gestão e os profissionais da negociação, da mediação, da conciliação, da arbitragem ou de sistemas mais tradicionais de resolução de litígios, que intervêm na prática da resolução pacífica e construtiva dos mesmos.

De facto, a crescente procura de informação sobre a matéria, a necessidade de ferramentas no domínio da gestão de disputas e o incremento de publicações de natureza científica e técnica, dedicadas à gestão de conflitos e à Paz, assim como o aumento de ações de formação e ensino nesta área (ex. cursos de mediadores de conflitos da UFP), são uma realidade a que o nosso país - como muitos outros, nomeadamente os nossos parceiros da União Europeia - não escapa, quer na atenção e investigação, quer na prática activa desses processos.

Num cenário de globalização, é de esperar que a interdependência entre envolvidos tenha importantes consequências nas dinâmicas dos indivíduos, dos grupos e das sociedades. Ora, a interdependência é um dos focos possibilitadores de conflitos. Com as nossas sociedades cada vez mais “abertas”, com a cada vez maior interdependência entre organizações e grupos, com a mobilidade social a tornar-se um dado da nossa actualidade, o fenómeno conflitual transformou-se em algo inteiramente estrutural das nossas vidas.

Desse modo, constatamos que, embora alternando entre momentos de avanço e de regressão, uma perspectiva dialogante

de abordagem dos conflitos em termos de procurar um acordo mutuamente benéfico para as partes, de exploração de objectivos comuns entre elas, de criação de alternativas para alcançar o compromisso, ou seja, de solucionar os conflitos de forma construtiva, foi adquirindo o seu lugar em vários níveis sociais. Referimo-nos, especificamente, ao movimento RAL - Resolução Alternativa de Litígios.

Desse movimento retiramos a ideia, a partir de meados do século passado, e após dois confrontos mundiais que capitalizaram a atenção de humanistas e ecologistas, de que é possível constatar que os conflitos, sendo fenómenos inerentes à interacção humana, podem, todavia, transformar-se em elementos enriquecedores, para os que neles se vêem envolvidos, se os mesmos possuírem determinadas competências para a sua resolução pacífica. O que nem sempre é fácil de vislumbrar.

As diferentes organizações (empresas, universidades e outras instituições) sentem, de uma forma cada vez mais presente, a necessidade dos seus colaboradores possuírem instrumentos e processos eficazes de lidar com contendas, de forma a responderem à cada vez maior pluralidade de personalidades e de situações de divergência interpessoal e à construção da paz nos mais diferentes contextos.

Este Congresso, inscrevendo-se na filosofia de base do supracitado movimento, visa a compreensão do fenómeno da paz, a experimentação das principais vias para a sua concretização e o fornecer uma panorâmica da aplicação directa dos conhecimentos transmitidos. Destacamos, por conseguinte, que o seu grande fio condutor é a prática, é a construção da paz e não um evento científico dedicado exclusivamente aos chamados *Peace Studies*.

Se atentarmos no Programa do Congresso acreditamos que o mesmo traduz essa tão almejada ponte entre teoria e prática, existindo comunicações que vão desde a análise descritiva de processos de edificação da paz até mesmo à prescrição normativa de como “Construir a Paz”.

Assim, um dos grandes objectivos do Congresso parece-nos ter sido alcançado - proporcionar um apoio a todos os que se encontram na situação de ter de enfrentar um conflito no sentido de que aqui encontrem recursos que lhes permitam avançar na sua vida e melhorar o mundo em que vivemos.

É bem notória, se atendermos às diferentes comunicações do Congresso, a preocupação com a fundamentação científica dos temas abordados, destacando-se que qualquer uma das formas de gestão construtiva de conflitos e da violência foi encarada nas suas inerentes complexidade e multidimensionalidade, o que nos remete para perspectivas vindas do direito, da psicologia, da sociologia, da economia, da ciência política, das relações internacionais, das ciências da comunicação, das ciências do ambiente, entre tantas outras.

Por outro lado, está ainda patente a ideia de que, por trás de cada uma das concepções, técnicas e instrumentos apresentados para a resolução de conflitos e a construção da Paz, se encontra uma visão que, simultaneamente, encoraja e sistematiza a importância da dimensão interpessoal (intangível), e não meramente instrumental (tangível), das vias sugeridas e analisadas.

Esperamos, assim, que o Congresso possa constituir uma ferramenta de facilitação do diálogo e do encontro interpessoal, contribuindo para a melhoria das relações entre pessoas e para a obtenção satisfatória de acordos que conduzam à Paz.

Como nunca poderemos construir paz sozinhos em projetos colectivos, e como “Construir uma cultura de paz é promover as transformações necessárias para que a paz seja o princípio governante de todas as relações humanas e sociais” (Milani, 2003: 31), daqui envio uma palavra de apreço a todos os colegas da Comissão Organizadora e Científica, pela excelente relação, humana e profissional, mantida ao longo de praticamente 2 anos de aventura afetiva e profissional na preparação e concretização deste Congresso. Permitam-nos destacar apenas o apoio incondicional e a postura discreta da Prof. Glória Jóluskin, que contribuiu com o seu trabalho atento e organizado, daí que, estamos convictos, tanto do seu cunho pessoal como pessoa construtora de paz se encontrará colocado no Congresso.

Gostaria de agradecer, uma vez mais, ao Poeta Albano Martins, docente da UFP, o facto de nos ter presenteado com um belíssimo poema sobre a Paz, o qual materializa, com rara sensibilidade, a ideia matriz para este encontro científico e em que

estabelece, de forma inequívoca, a Paz como algo de fundamental ao longo do ciclo vital dos humanos.

Um agradecimento também dirigimos, em nome da Comissão Organizadora, à Vice-reitoria e Reitoria da UFP por todos o seu apoio na divulgação e patrocínio para a concretização do evento.

Para concluir, diremos com Mahatma Gandhi que “Como seres humanos a nossa grandeza reside não tanto em sermos capazes de refazer o mundo, mas em sermos capazes de nos refazermos a nós mesmos.”

Ficam os quatro volumes do presente Livro “Construir a Paz” para registo do excelente congresso que todos os que nele participaram e em que se enalteceu através do diálogo, esse legado helénico para a Humanidade!, o período atual em que vivemos, no qual temos a sensação de que quase tudo está mudar.

Razão mais que suficiente para nos pacificarmos, para aprendermos todos a construir a Paz.

Oxalá o presente Livro possa servir de ajuda a todos os que assim querem viver.

PEDRO CUNHA

PROFESSOR ASSOCIADO COM AGREGAÇÃO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

**CONSTRUIR A PAZ:
VISÕES INTERDISCIPLINARES
E INTERNACIONAIS SOBRE
CONHECIMENTOS E PRÁTICAS**

VOLUME 01.

**FAMÍLIA, JUSTIÇA,
SOCIAL E COMUNITÁRIA**

ÍNDICE **VOLUME 01** FAMÍLIA, JUSTIÇA, SOCIAL E COMUNITÁRIA

-
- 27 **CONSTRUIR PAZ E PLURAL EM
FAMÍLIA, GÊNERO E SEXUALIDADE**
PEDRO CUNHA
-
- 29 **O PAPEL DA CIÊNCIA NA
CONSTRUÇÃO DA PAZ**
ANA MARIA BRANDÃO
-
- 35 **A EMERGÊNCIA DE UM TERRITÓRIO
CIENTÍFICO: A CIBERPSICOLOGIA**
LUÍS SANTOS E CONCEIÇÃO NOGUEIRA
-
- 39 **PARENTALIDADE E GÊNERO NO
CONTEXTO DA MEDIAÇÃO FAMILIAR**
VERA RIBEIRO
-
- 41 **DA VIVÊNCIA EM VIOLÊNCIA
FAMILIAR À (RE) CONSTRUÇÃO
DE UMA IDENTIDADE (SOCIAL)**
DANIELA CAPRICHOSO E ANA SANI
-
- 49 **A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO
INSTRUMENTO DE PACIFICAÇÃO SOCIAL**
FERNANDA MARIA DIAS DE ARAÚJO LIMA
-
- 55 **MEDIAÇÃO, RE-ALIANÇA
E CULTURA DE PAZ**
CARLA LOPES
-
- 61 **FAMÍLIA, SEXUALIDADE E TOLERÂNCIA:
CONTRIBUTOS PARA A PAZ**
TERESA CORREIA E MARIA AFONSO
-
- 65 **A EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE DE
GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DA PAZ**
ALESSANDRA MARTINS DE FARIÃ
-
- 71 **COPARENTALIDADE POSITIVA
NO DIVÓRCIO: A IMPORTÂNCIA
DA EDUCAÇÃO PARENTAL**
ANA VARÃO
-
- 77 **CONFLITO E PAZ COM O SELF E O
OUTRO NO CASAMENTO E SEXUALIDADE
NA “ERA UMA VEZ... ADULTOS”**
RITA ESTRADA e TERESA FAGULHA
-
- 83 **ADÓNDE ESTÁN LOS DERECHOS
DE NIÑOS Y ADOLESCENTES?
FAMILIAS, INSTITUCIONES JURÍDICAS
Y PROTECCIÓN INTEGRAL**
ULISSES CAMPOS DE ARAÚJO E VANESSA
RIBEIRO SIMON CAVALCANTI
-
- 89 **A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO
MEIO DE CONSTRUIR A PAZ**
ISABEL POÇAS
-
- 93 **CRIME E JUSTIÇA: DESAFIOS PARA
MELHORAR A CONVIVÊNCIA SOCIAL**
GLORIA JÓLLUSKIN
-
- 95 **CRIME, CULTURA E JUSTIÇA:
IDENTIDADE, DIFERENÇA E
DESIGUALDADE EM TORNO DA
MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA**
MANUELA IVONE CUNHA
-
- 105 **CONHECENDO MELHOR COMO OS JUÍZES
SENTENCIAM: CRIANDO CONDIÇÕES
PARA UMA MAIS EFECTIVA PAZ SOCIAL?**
ANDREIA DE CASTRO-RODRIGUES E ANA SACAU
-
- 109 **MEDIDAS DE FLEXIBILIZAÇÃO DA
PENA E CONVIVÊNCIA SOCIAL:
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
DAS LICENÇAS DE SAÍDA DO
ESTABELECIMENTO PRISIONAL**
ANA OLIVEIRA E GLÓRIA JÓLLUSKIN
-
- 117 **REINSERÇÃO SOCIAL E CONVIVÊNCIA:
PERCEÇÃO DOS RECLUSOS
DO SUCESSO OU INSUCESSO DA
LIBERDADE CONDICIONAL**
LÍGIA SILVA E GLÓRIA JÓLLUSKIN
-
- 123 **OS HETERÓNIMOS DA ILEGALIDADE
NA IMIGRAÇÃO. DIREITOS
HUMANOS E INTEGRAÇÃO VERSUS
CRIMINALIDADE VIOLENTA**
MARIA JOÃO GUIA
-

-
- 131 **VITIMAÇÃO, SENTIMENTO DE INSEGURANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA**
ANA ISABEL SANI E LAURA M. NUNES
-
- 137 **TRÁFICO DE DROGA E VITIMAÇÃO: PERCEPÇÃO DE (IN)SEGURANÇA**
LAURA M. NUNES E ANA ISABEL SANI
-
- 141 **EXPERIÊNCIA DE VITIMAÇÃO E MEDO DO CRIME EM POPULAÇÃO DA CIDADE DO PORTO**
ANA SANI E CARLA NUNES
-
- 147 **PAINEL. CONSTRUIR O SENTIDO DA PAZ IMPLICAÇÕES NA INTERVENÇÃO SOCIAL**
FERNANDO PEREIRA E MANUELA COUTINHO
-
- 149 **ENVOLVIMENTO E DISTANCIAMENTO NA CONSTRUÇÃO DA PAZ PRÓXIMA**
FERNANDO PEREIRA
-
- 155 **IMORTALIDADE SIMBÓLICA, PAZ E FUTURO**
PAULA ISABEL SANTOS, MARINA BERNARDO E RUBEN FARIA
-
- 159 **CONSTRUIR A PAZ NA ESCOLA: A PREVENÇÃO DO BULLYING**
ANA RODRIGUÊS DA COSTA
-
- 165 **GESTÃO DE EMOÇÕES EM GRUPOS. UMA TEORIA FUNDAMENTADA NOS DADOS**
MARIA AUGUSTA ROMÃO DA VEIGA BRANCO
-
- 173 **IMORTALIDADE SIMBÓLICA, SAÚDE MENTAL E TERRORISMO**
PAULA ISABEL SANTOS, MARINA BERNARDO E RUBEN FARIA
-
- 177 **SOCIAL INFLUENCE IN GROUPS TO PREVENT YOUTH OFFENDING**
DÉBORA W. ELIJAH E MILTON MADEIRA
-
- 183 **MEDIAÇÃO E CULTURA DE PAZ EM CONTEXTOS PLURAIS**
HELENA NEVES ALMEIDA, CRISTINA PINTO ALBUQUERQUE E CLARA CRUZ SANTOS
-

ENVOLVIMENTO E DISTANCIAMENTO NA CONSTRUÇÃO DA PAZ PRÓXIMA

FERNANDO PEREIRA

PROFESSOR ADJUNTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA, IPB
DA ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA;
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO EDUCATIVAS, CIEE
DA FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE DO PORTO;
NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO DO IDOSO, NIII
DA ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DE BRAGANÇA.

RESUMO

Neste ensaio pretendemos discutir um conjunto de práticas quotidianas mobilizadoras de comportamentos e de atitudes de paz, que propiciem mais solidariedade humana, mais responsabilidade ambiental, melhor cidadania, mais verdade. Em concreto, dada o âmbito do painel de comunicações que nos cumpre enquadrar denominado “Construir o sentido da Paz - Implicações na intervenção Social”, incidiremos a nossa análise sobre as práticas da esfera profissional como o serviço social, a saúde, a educação e a gerontologia; e as práticas da esfera pessoal como o relacionamento com os familiares, amigos, colegas de trabalho e concidadãos em geral.

Centramos a nossa atenção nas questões da dignidade humana, da interação social e da comunicação, da crescente institucionalização das actividades sociais e, por último, da dessincronização dos ritmos biológicos, sociais e tecnológicos. Procuramos desenvolver um conceito de paz próxima, isto é, ao nível dos fenómenos das relações interpessoais que resultam em desideratos de maior bem-estar social e de paz. A ambição de universalidade deste ensaio restringe-se, modestamente, às referências da ética e aos princípios do relativismo cultural.

Palavras-chave: Interação social; comunicação; institucionalização; riscos.

ABSTRACT

In this essay we intend to discuss a set of daily practices which may encourage behaviors and attitudes of peace, providing more human solidarity, more environmental responsibility, better citizenship and more truth. In particular, given the scope of our communications panel called “Building a Sense of Peace - Implications for Social Intervention”, we will center our analysis on the practices of professional sphere such as social service, health, education and gerontology; and the practices of the private sphere, namely the relationships with family, friends, coworkers and fellow citizens in general.

We focus our attention on issues of human dignity, social interaction and communication, the growing institutionalization of the social activities, and, finally, the desynchronization of biological, social and technological rhythms. I will be located at the level of what we call a close peace, i.e. the social processes resulting from the daily interaction between social actors and that has measurable consequences on the “face to face” social interaction. The ambition of universality of this essay is modestly limited to the references of ethics and principles of cultural relativism.

Key-words: Social interaction; communication; institutionalization; risks.

INTRODUÇÃO

“Temos de nos tornar na mudança que queremos ver”.

Mahatma Gandhi

Este pensamento de Gandhi reserva ao Homem uma responsabilidade ao mesmo tempo simples e imensa. Simples, porque exorta a fazer o que está ao alcance da nossa esfera pessoal. Sem desculpas. Imensa, porque nos responsabiliza, dado que, em grande medida, fazer o bem ou o mal depende do nosso cometimento.

A construção de uma sociedade mais humana, mais segura, mais agradável, mais sustentável passa, pensamos nós, necessariamente, pelo alcance de três desideratos que consideramos essenciais: a assunção plena da dignidade humana; a eficácia da interação e da comunicação humana e o equilíbrio entre o envolvimento e o distanciamento relacional. São estes três eixos que nos propomos comentar, todavia, há outros elementos essenciais da construção societária e civili-

zacional, igualmente importantes, e que, muito justamente, constituem temas deste congresso sobre a paz, como sejam, entre outros: as questões da produção e da redistribuição da riqueza dos povos e das nações, as questões da segurança e do risco, as questões da espiritualidade.

O fio condutor das minhas ideias, ideias tão só, emana do diálogo entre interação e estrutura, isto é, do reconhecimento de que a subjectivação do indivíduo e a matriz dos contextos sociais, ambas contam. O texto pode denunciar uma perspectiva algo conservadora e tradicionalista da vida social. Pode. Por isso aqui fica o aviso. A nossa intenção, contudo, é, apenas, chamar a atenção para algumas vicissitudes da pós-modernidade que podem ser corruptoras dos mecanismos essenciais (estrutura) da socialização humana, os quais são insubstituíveis na construção das relações sociais conducentes a uma melhor humanidade. Por isso, o último ponto aborda a questão do envolvimento e distanciamento, a lindíssima expressão de Norbert Elias, que nos convoca, todos, para sermos lúcidos na nossa existência e na nossa acção. Por

isso, também pedimos esta expressão emprestada para completar o título do presente ensaio.

1. PARTINDO DO PRESSUPOSTO DO RESPEITO PELA DIGNIDADE DO SER HUMANO

A dignidade humana pode ser vista de três prismas distintos: filosófico, biológico e psicológico.^[98]

Do ponto de vista filosófico a dignidade humana implica o reconhecimento inequívoco do valor intrínseco do indivíduo. O valor intrínseco é o que resulta dos interesses próprios do indivíduo, enquanto ser único. É então um valor sem preço. Repousa na ontologia e na racionalidade existencial. A qualidade ontológica resulta das características humanas, e só humanas, que possuímos. São aprendidas, no sentido de partilhadas, ao longo de todo o ciclo de vida, no seio dos grupos humanos socializantes, como a família, os amigos ou os pares. A racionalidade humana, por sua vez, no seu sentido mais estrito, ou mais kantiano, permite a libertação do indivíduo face aos seus instintos. Confere ao indivíduo capacidade para se elevar acima das suas circunstâncias de vida e colocar questões sobre o sentido das mesmas. É a sua individualidade, a sua autonomia, a sua liberdade, que lhe induz a sensação de utilidade para si e para os outros.

Do ponto de vista biológico o dado fundamental é o reconhecimento de que não há nenhum determinismo biológico que possa aferir a dignidade ou indignidade do ser humano. Homens ou mulheres, pretos ou brancos, altos ou baixos, gordos ou magros, jovens ou idosos, bonitos ou feios, saudáveis ou enfermos, etc., todos são igualmente dignos. A qualidade biológica do corpo humano não altera a sua dignidade. O corpo real não é somente um corpo biológico é um corpo-vivido é um corpo-pessoa, por isso, toda a violência ou instrumentalização do corpo é uma violência ou instrumentalização da pessoa.

Por fim, do ponto de vista psicológico, a dignidade humana é sensível à existência, aos percursos de vida, às experiências vividas de cada indivíduo. A interacção social nos contextos quotidianos de vida, a reacção dos outros em relação a nós, e as interiorizações que cada indivíduo faz dessas experiências determinam a identidade pessoal dos indivíduos, tal como a concebeu George Herbert Mead na sua obra *Mind, Self and Society*, 1962 (Blumer, 1982). Na linha de pensamento interaccionista, Erik Erikson (1976) enfatiza os afectos, sendo expectável que a partilha de afectos positivos entre os indivíduos se traduza na obtenção de grupos sociais saudáveis, eficazes e agradáveis capazes de proporcionar o desenvolvimento óptimo dos indivíduos. Pelo contrário, afectos negativos, como: violência, instrumentalização, provação, privação, etc., são conducentes a grupos sociais disfuncionais, e podem ser indutoras de perda de dignidade do indivíduo e da “tolerância” colectiva com situações de indignidade. O reino dos ismos, como por exemplo: racismo, machismo, chauvinismo, idadismo, etc., são um exemplo claro. É verdade, porém, que há indivíduos, personalidades resilientes, que sobrevivem dignamente

a contextos e interacções pessoais indutoras de perda de dignidade. Esses são exemplos extraordinários de humanidade.

2. A INTERACÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA PÓS-MODERNIDADE

A interacção social permite a partilha de ideias, conhecimentos, valores, desejos, afectos e emoções. A interacção social é o mecanismo maior da construção identitária dos indivíduos e das sociedades. A pós-modernidade é o conjunto de fenómenos que conduziram à ruptura com fundamentos (instituições) da modernidade. Estes fenómenos são de natureza tecnológica, económica, política, social e cultural. São fenómenos globais, de grande alcance nos seus efeitos e consequências e afectam a sociedade como um todo. É por esta razão que preferimos e usamos o conceito de pós-modernidade. Outros autores como Giddens preferem a designação modernidade radicalizada ou, a mais poética, modernidade tardia. A sua argumentação assenta na ideia de que as instituições da idade moderna (que lembre-se iniciou-se com a industrialização nos finais do séc. XXVIII) ainda prevalecem como elementos estruturantes das sociedades actuais. Não concordamos com esta ideia, aceitamos que ainda não estão totalmente erodidas e que algumas possam e devam ser reabilitadas, todavia, pensamos, já não são elas que fazem girar o mundo e, por isso, preferimos a designação de pós-modernidade.

Em Portugal, nos últimos 30 anos, registaram-se profundas alterações: a urbanização dos agregados familiares; a predominância da família nuclear (apenas duas gerações por agregado) em desfavor da família alargada tradicional; a alteração profunda do papel social da mulher, conducente à maior paridade de género; a exposição dos indivíduos a fenómenos mundiais de diversa índole; a intensificação dos meios comunicacionais e informacionais; a substituição de tarefas familiares por serviços institucionalizados, no campo da educação, da saúde e do apoio aos idosos; a redução do espaço-público, enquanto espaço de debate e de aferição das práticas sociais, pela tirania dos média, sobretudo a televisão (Gil, 2004), entre outros.

Dado o carácter pedagógico e a necessidade de enquadramento dos trabalhos apresentados neste painel, iremos discutir, brevemente, os seguintes aspectos os quais, pensamos, são relevantes para o alcance da paz próxima: a comunicação interpessoal, a institucionalização e a (des)articulação dos ritmos biológicos, sociais e tecnológicos.

2.1. COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL NA PÓS-MODERNIDADE

A comunicação interpessoal na pós-modernidade é alvo de profundas alterações, tais como: a globalização dos contextos dos códigos comunicacionais, a diversificação das fontes de ruído, o silêncio e a gestão do silêncio e a volubilidade da mensagem. Vejamos, sumariamente, cada um deles.

Os contextos socializantes da pós-modernidade, enquanto referenciais da construção do *self*, são contextos globais (Giddens 2001). A articulação do espaço-tempo consubstanciado na localidade e na perenidade intergeracional, própria da modernidade, perdeu importância. Estamos “conectados” a vários interlocutores e não apenas aos presenciais, isto é, aquelas pessoas que temos na nossa presença. Os referenciais de escolhas, os modelos identitários, os cenários de vida, são globais, determinando aquilo a que Berger, citado por Giddens (2001) chama “pluralização dos mundos de vida”.

98 Este ponto, nomeadamente a divisão do conceito de dignidade humana pelo prisma filosófico, biológico e psicológico, é inspirado num documento de trabalho denominado “Reflexão ética sobre a dignidade humana”, editado, em 1999, pela CNEVC-Comissão Nacional de Ética para as Ciências da Vida”. Para além da sua finalidade filosófica e orientadora das práticas éticas, reconhecemos a este texto um grande valor pedagógico, por isso o utilizamos. (acedido em 2/02/2011). www.cnevc.pt/admin/files/data/docs/1273058936_Po26_DignidadeHumana.pdf

Os códigos comunicacionais são, simultaneamente, produtos e factores das condutas sociais, são conjuntos de símbolos ou signos indutores de significados, que carecem de ser partilhados e interiorizados. A comunicação verbal e não-verbal estão em profunda alteração. Na actualidade, é difícil, quando não impossível, a partilha e o entendimento dos códigos. A superficialidade da expressão dos afectos e das emoções sobrepõem. A indexicalidade, isto é, o sentido profundo e único das práticas sociais, que é conferido pelo momento e pelas circunstâncias particulares em que essas práticas ocorrem, está comprometida.

Exemplos: o conceito de amigo do Facebook; o coração encarnado do Messenger que diz que a ama sempre da mesma maneira rotineira e estupidificante; e, o cúmulo do disparate, usar sms pré-fabricados românticos para enviar à namorada(o) no dia de S. Valentim.

As fontes de ruído, por seu turno, são os elementos imediatos, ou mediatos, do contexto da vida na pós-modernidade que perturbam a comunicação interpessoal. Neste sentido, o ruído não tem uma natureza sonora, mas emana das diferenças socioculturais, etárias e de interesses e estilos de vida dos interlocutores.

Exemplos: interromper uma conversa presencial para atender o telemóvel; almoçar em família com o televisor ligado; desconhecer e/ou negligenciar o quadro conceptual e o léxico do outro interlocutor; substituir a comunicação presencial por meio mediatizados perdendo dessa forma toda a riqueza da comunicação não-verbal, como a postura, os gestos, as expressões faciais, as pausas, etc.

O silêncio e a interpretação dos silêncios, por sua vez, são outro elemento da comunicação em profunda alteração. Na comunicação interpessoal o silêncio é uma forma de reserva e de reflexão para a interacção. Com a facilidade dos meios comunicacionais actuais, frequentemente, os momentos de silêncio são mal interpretados. Silêncio é entendido como uma não-resposta, como ausência de comunicação ou, pior, como uma punição. Estamos a ser socializados em contextos de ruído intenso, por isso, frequentemente, somos incapazes de ouvir o silêncio, ou de parar para pensar.

Exemplos: dois namorados tiveram uma pequena zanga, separam-se, uma hora depois ambos começam a pensar que o outro ainda não ligou a pedir desculpa, estúpida(o), também não lhe ligo; passa mais uma hora e o pensamento é: diz que me ama, mas não é verdade, olha se sente a minha falta; e assim sucessivamente. Isto acontece nas relações amorosas, mas não só, também é frequente entre pais e filhos, quando por exemplo, ouvimos alguém dizer: que seca pá, a minha mãe, agora, controla-me, se não atendo o telemóvel faz logo um filme...

Por fim, a volatilidade da mensagem. A grande questão dos dias de hoje é, afinal, que mensagem passar? O que é que está certo e o que é que está errado? Podem os valores tradicionais da cultura e da religião, por exemplo, continuarem a ser úteis e eficazes? Se sim como está a ser feita, se é que está a ser feita, a sua adaptação à pós-modernidade? E os valores da natureza, da liberdade e da cidadania, como estão, se é que estão,

a ser adequados à pós-modernidade? As respostas a estas e outras questões residem, pensamos nós, na salvaguarda dos valores fundamentais da humanidade, isto é, nos valores da natureza, liberdade, cidadania, cultura, ética, conhecimento e espiritualidade.

Enfim, hoje, os processos de interacção e de comunicação (processos de socialização em que supostamente deviam ser aprendidos os papéis sociais essenciais de género, de parentesco, de profissionalidade, etc.) encontram-se, para o bem e para o mal, altamente diversificados. As pessoas, nas suas vidas, têm de encontrar tempo e espaço para interagir e co-

municar. É necessário que se partilhe a vida. Crianças, jovens, adultos e idosos, são todos deste tempo, logo devem aprender a interagir e a comunicar com os vários meios disponíveis para o efeito, os tradicionais e os pós-modernos. Importa recriar as formas de interacção e comunicação, todos têm algo a fazer.

2.2. INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES SOCIAIS

Os fenómenos da pós-modernidade vieram revolucionar a gestão do tempo e das actividades quotidianas da maioria das pessoas. A educação das crianças e jovens, o cuidado prestado aos doentes, o acompanhamento dos idosos e outras pessoas desfavorecidas, são exemplos de práticas que são cada vez mais institucionalizadas. Ironizando, a via-sacra da institucionalização passa, sucessivamente, pelas seguintes estações: fraldário, infantário, pré-escola, escola, universidade e, mais tarde, lar de idosos.

A institucionalização tem um lado bom e tem um lado mau. O lado bom consiste no acesso, cada vez mais democratizado, das pessoas aos benefícios do conhecimento científico e técnico. A institucionalização é um veículo privilegiado para o bom uso social da ciência e, nesse sentido, é um dos ganhos inequívocos da pós-modernidade. O lado mau da institucionalização emerge quando ela se substitui, em demasia, quando não completamente, aos contextos tradicionais de socialização, como sejam: a família, os grupos de amigos na infância ou na terceira idade; o convívio inter-geracional espontâneo; as formas de educação não-formal, entre outros. A aprendizagem dos papéis sociais de género, de parentesco, de pertença geracional, até de cidadania, carece das experiências vividas, face a face, nos contextos tradicionais de socialização. A institucionalização, como foi dito, é um desiderato da pós-modernidade. É incontornável, existe, condiciona as nossas vidas e vai condicionar ainda mais no futuro. O objectivo será a busca do equilíbrio entre a institucionalização e os espaços e tempos de socialização tradicionais.

Exemplos: dizia uma avó que vivia numa residência de idosos, o meu filho zangou-se comigo, agora não me vem visitar e não me deixa ver a minha neta, como é que eu posso aprender a ser avó e a menina pode aprender a ser neta se nunca estamos juntas.

2.3. DESSINCRONIZAÇÃO DOS RITMOS BIOLÓGICOS, SOCIAIS E TECNOLÓGICOS.

Seguramente a consequência da pós-modernidade mais profunda, embora nem sempre percebida em toda a sua magnitude e influência, é a velocidade de ocorrência dos eventos quotidianos. O mundo gira demasiado depressa. Apesar da plasticidade do *self*, apesar do esforço de actualização, apesar de vivermos apressados, os acontecimentos têm lugar a uma

cadência impossível de ser interiorizada pelos indivíduos. Isto resulta da dessincronização dos ritmos biológicos, sociais e tecnológicos. É observável que, comparativamente, enquanto sistema biológico evoluímos muito pouco em relação à evolução dos sistemas sociais e, literalmente nada, em relação à evolução dos sistemas tecnológicos. A “caducidade” é verbalizada de diversas formas e afecta, em maior ou menor escala, a auto-imagem e auto-estima. As formas de reacção de cada um também são distintas, há quem percepcione isso como uma contingência normal e há quem, de forma desenfreada, por vezes ridícula e quase sempre equivocada, se dedique a apanhar a última onda das novidades tecnológicas e negligencie outros aspectos essenciais da sua vida social. Mas não é só a auto-imagem e a auto-estima (a forma como olhámos para nós próprios) que são susceptíveis a esta dessincronização, a forma como os outros nos vêem a nós (alo-imagem e a alo-estima) e a forma como vemos os outros são também afectadas.

Enfim, é toda a interacção social que é trespassada por esta dessincronização. São os ritmos de aprendizagem e de interiorização das práticas sociais que não são nem compreendidos nem respeitados. As instituições sociais, elementos essenciais da estrutura social, carecem de tempo para serem construídas, interiorizadas e partilhadas. É necessário atender à escala humana do desenvolvimento (Schumacher, 1980) e, como também dizia Mahatma Gandhi “a vida merece algo mais do que o aumento da sua velocidade”.

Exemplos: continuamos a precisar de dormir uma média oito horas por dia, apesar das redes sociais electrónicas exigirem a nossa atenção pela noite dentro, o resultado é dormir menos e andar com sono (factura biológica a pagar), ou dormir de manhã e faltar aos compromissos matinais (factura social a pagar); crianças e jovens enviam dezenas de sms diariamente, o resultado não é desenvolver-se um sexto dedo, ou uma terceira mão, o resultado é tendinites precoces (factura biológica a pagar).

3. ENCONTRANDO O EQUILÍBRIO ENTRE O ENVOLVIMENTO E DISTANCIAMENTO

Neste ponto, em que pretendemos fazer a síntese possível das ideias soltas com as quais procuramos tecer uma certa visão sobre a paz próxima recorremos ao pensamento de Norbert Elias, em *Distanciamento e Envolvimento* (1997). Nessa obra, Elias enfatiza a importância de perante processos críticos nos distanciarmos o suficiente para reflectir e teorizar por referência a figuras mais complexas. Elias dá como exemplo o conto de Edgar A. Poe “Os Pescadores no Turbilhão de Maels-trom”, em que um dos três irmãos pescadores naufragados, observando a dinâmica do turbilhão que sugava a embarcação para o fundo do mar, libertando-se do medo que o afligia, observou que os objectos cilíndricos e mais pequenos se afundavam mais lentamente, decidiu, por isso, atar-se a um barril e salvou-se. Hoje, no tempo da pós-modernidade, à escala mundial, são bem evidentes as características da sociedade de risco (The Risk Society) imaginada e teorizada por Ulrich Beck (2000). Os riscos, segundo este autor, resultam de processos de desenvolvimento sem a necessária reflexão, que originam consequências imprevisíveis, muitas delas negativas para o bem-estar e segurança das pessoas, das instituições e das nações. Beck designou estes processos como “modernização reflexiva” em que o adjectivo reflexiva surge no sentido de imprevisível e incontrolado das suas consequências.

O tempo da pós-modernidade é um tempo de turbilhão, um tempo de naufrágios e de salvamentos. O grande naufrágio a evitar, na sociedade de risco em que vivemos, é o desconhecimento dos outros. Conhecer os outros (envolvimento) é o caminho a percorrer para minimizar situações de indignidade humana e assim tomarmos conhecimento da nossa própria humanidade.

É necessário encontrar as doses exactas de envolvimento para continuar a edificar o sentimento do “nós” que na perspectiva de Max Weber tão bem caracterizava a comunidade tradicional. É necessário, por outro lado encontrar a dose exacta de distanciamento de modo a promover a individualidade e a plasticidade do *self*, mas sem cair no individualismo. Paradoxalmente, cremos que era esse o sentido mais profundo de Elias, envolvimento e distanciamento, ao invés de antagonismos nos seus fins, são dois caminhos para melhor conhecer os outros e a nós mesmos. São dois caminhos para alcançar a humanidade plena.

E que coisas simples podemos fazer para potenciar a nossa humanidade e construir a paz próxima? A lista que se segue não é exaustiva e pode ser completada pela criatividade de cada um. Podemos:

- Reconhecer situações de dignidade e de indignidade humana, segundo as três perspectivas enunciadas;
- Incrementar as capacidades comunicacionais quer as mediatizadas quer as presenciais: melhor conhecer os interlocutores, controlar os ruídos, gerir os silêncios, adequar os códigos e as mensagens;
- Respeitar diferenças de género, de raça, de cultura, de classe social, de classe etária, de capacidades cognitivas, entre outras;
- Cuidar do espaço público: eliminar obstáculos físicos; criar locais que abriguem da chuva, do vento, ou do sol excessivo; reabilitar os locais de encontro espontâneo no exterior; não sujar; não falar demasiado alto só para ter uma prova da sua própria existência; não protagonizar situações indecorosas em público, entre outras;
- Encontrar tempo para si e para os outros: não tenho tempo para comer; não tenho tempo para dormir; obviamente, não tenho tempo para amar... Disparates.
- Recriar os tempos e os espaços de socialização informal e inter-geracional, compensando na medida do possível o efeito da institucionalização.
- Mediar socialmente comportamentos e atitudes, nossos e dos outros, evitando e minimizando conflitos.
- Construir relações puras: relações sociais (amor, amizade, parentesco, vizinhança, profissionais, etc.) que são internamente referenciais, isto é, que dependem fundamentalmente de satisfações ou recompensas específicas dessa mesma relação (Giddens, 2001).

Aquelas pessoas que revelam, em vida, uma extrema humanidade continuarão a ser lembradas depois da sua morte e, neste sentido, alcançam o céu. Céu é ser lembrado pela sua humanidade, inferno é ser lembrado pela sua desumanidade ou, simplesmente, esquecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Beck, Ulrich; Anthony Giddens; e Scott Lash. (2000). *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*. Oeiras. 1ª Edição. Celta.
- Blumer, Herbert. (1982). *El Interaccionismo Simbólico: Perspectiva y Método*. Colección Psicología Social y Sociología. Barcelona. Hora, S.A..
- CNECV - Comissão Nacional de Ética para as Ciências da Vida. (1999). *Reflexão Ética sobre a Dignidade Humana*. [Em linha]. Disponível em:
- www.cnecv.pt/admin/files/data/docs/1273058936_Po26_DignidadeHumana.pdf [Consultado em 2/02/2011].
- Gandhi, Mahatma. (2008). *Mahatma Gandhi Autobiografia - Historia de Mis Experiencias com la Verdad*. Madrid. Arkano Books.
- Giddens, Anthony. (2001). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras. 2ª Edição/1ª Reimpressão. Celta Editora.
- Gil, José. (2004). *Portugal, Hoje - O Medo de Existir*. Lisboa. Relógio d'Água Editores.
- Erikson, Erik. (1976). *Identidade, Juventude e Risco*. Rio de Janeiro. Zahar Editores.
- Elias, Norbert. (1997). *Envolvimento e Distanciamento. Estudos Sobre a Sociologia do Conhecimento*. Nova Enciclopédia. Publicações Dom Quixote.
- Schumacher, E. F. (1980). *Small is Beautiful: Um Estudo de Economia em que as Pessoas Também Contam*. Universidade Moderna. Nº 65. Publicações D. Quixote. Lisboa.